

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA MADALENA LUCAS NUNES

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:

Compreendido na Escola Estadual de Ensino Médio, no município de Minas do
Leão/RS

Tramandaí

2023

MARIA MADALENA LUCAS NUNES

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:

Compreendido na Escola Estadual de Ensino Médio, no município de Minas do
Leão/RS

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação, apresentado ao Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais, pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
UFRGS, como requisito para obtenção do
Grau de Licenciada em Ciências Sociais.
Orientação da Professora Dra. Daniela Garcez
Wives e Coorientação Ms. Natana Alvina
Botezini

Tramandaí

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Nunes, Maria Madalena Lucas
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: Compreendido na Escola
Estadual de Ensino Médio, no Município de Minas do
Leão/RS / Maria Madalena Lucas Nunes. -- 2023.
49 f.
Orientadora: Dr. Daniela Garcez Wives.

Coorientadora: Ma. Natana Alvina Botezini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Ciências Sociais,
Tramandaí, BR-RS, 2023.

1. Ciências Sociais. 2. Educação Promotora de Novas
Aprendizagens. 3. Sociologia. 4. Violência Contra a
Mulher. I. Wives, Dr. Daniela Garcez, orient. II.
Botezini, Ma. Natana Alvina, coorient. III. Título.

MARIA MADALENA LUCAS NUNES

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:

Compreendido na Escola Estadual de Ensino Médio, no Município de Minas do Leão/RS

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, como requisito para obtenção do Grau de Licenciada em Ciências Sociais. Orientação da Professora Dra. Daniela Garcez Wives e Coorientação Ma. Natana Alvina Botezini.

Data de aprovação: 16, janeiro de 2023.

Banca examinadora

Prof. Dra. Daniela Garcez Wives

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Ma. Natana Alvina Botezini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dra. Marlise Amália Reinehr Dal Forno

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dra. Luciene Zenaide Andrade Lauda

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo aos meus filhos, Christian e Cristopher, meus maiores amores, pois sem eles eu nada seria.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, aos anjos e a Ciência que me deram sabedoria, forças e saúde, para que eu chegasse até aqui.

À minha fé, que a despeito de todas as dificuldades, tornaram a minha chegada com uma sensação de “eu consegui”.

Aos meus filhos, meus maiores amores, pela colaboração e apoio durante essa árdua jornada.

À minha orientadora Dra. Daniela Garcez Wives e a coorientadora Ma. Natana Alvina Botezini, como fontes de inspiração e encorajamento durante o processo de elaboração desse estudo, além da atenção, a mim dedicada.

À minha colega Camila Medeiros, por dividir comigo essa viagem, a qual foi muito trabalhosa, mas extraordinária, em que aprendemos, ensinamos, compartilhamos dúvidas, certezas, conhecimentos e finalmente, pelo incentivo, quando eu perdia as forças.

A todos os professores que fizeram parte desta jornada.

À família Lucas e à família Nunes, pelo dom da vida. Dos Lucas a fragilidade e a intuição, dos Nunes a força e a sociabilidade.

Ao meu pai (in memoriam) pelas vezes que me visitou, quando eu estive frágil e doente.

Ao meu irmão Paulinho que me deu um notebook, a fim de que eu pudesse concluir meu TCC.

Homens, como um grupo, são quem mais se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado, do pressuposto de que são superiores às mulheres e deveriam nos controlar. Mas esses benefícios tinham um preço. Em troca de todas as delícias que os homens recebem do patriarcado, é exigido que dominem as mulheres, que nos explorem e oprimam, fazendo uso de violência, se precisarem, para manter o patriarcado intacto. (Bell Hooks. 2018, p.10)

RESUMO

O presente estudo versa sobre a temática “Violência contra a mulher: Compreendido na Escola Estadual de Ensino Médio, no Município de Minas do Leão/RS”. Nesse âmbito, o objetivo geral do estudo visa compreender como professores e escola, refletem acerca do eixo temático das relações de gênero, acordados na BNCC, se identificam os casos de violência contra a mulher nesse ambiente e de que modo a educação contribui para suprimir essa natureza de violência, mediados pelo componente curricular da Sociologia, a fim de promover uma educação transformadora. No que concerne os objetivos específicos, estes buscam descrever como os professores abordam a temática junto a disciplina de Sociologia, em acordo com a BNCC, identificar se a escola tem casos de violência, como os trata e acolhe e por último, compreender a percepção da escola, mediante a essa temática e se a mesma possui projetos, a fim de proporcionar uma educação transformadora. Logo o trabalho se justifica mediante a intenção de desvelar o grave problema social na perspectiva da Sociologia, através da temática da violência de gênero, como meio para internalizar novos olhares sobre a desigualdade de gênero, a qual está compreendida na BNCC. Quanto à metodologia, o estudo de cunho qualitativo e exploratório possui caráter descritivo e de campo, através de entrevista com questões abertas, elaboradas pela pesquisadora. Como resultado, a escola compreendeu a dimensão do tema, porém, a transformação social por meio da educação não ocorreu, uma vez que não houve sinais de projetos e movimentos sociais no âmbito escolar e/ou local.

Palavras-chave: Ciências Sociais. Educação Promotora de Novas Aprendizagens. Sociologia. Violência Contra a Mulher.

ABSTRACT

The present study deals with the theme “Violence against women: Understood in the State High School, in the Municipality of Minas do Leão/RS”. In this context, the general objective of the study is to understand how teachers and school, reflecting on the thematic axis of gender relations, agreed in the BNCC, identify cases of violence against women in this environment and how education contributes to suppressing this nature of violence, mediated by the curricular component of Sociology, in order to promote a transformative education. With regard to the specific objectives, they seek to describe how teachers approach the subject with the discipline of Sociology, in accordance with the BNCC, to identify whether the school has cases of violence, how it treats and welcomes them and, finally, to understand the perception of school, through this theme and if it has projects, in order to provide a transforming education. Therefore, the work is justified by the intention of unveiling the serious social problem from the perspective of Sociology, through the theme of gender violence, as a means to internalize new perspectives on gender inequality, which is included in the BNCC. As for the methodology, the qualitative and exploratory study has a descriptive and field character, through an interview with open questions, elaborated by the researcher. As a result, the school understood the dimension of the theme, however, social transformation through education did not occur, since there were no signs of projects and social movements at the school and/or local level.

Keywords: Social Sciences. Education Promoting New Learning. Sociology. Violence Against Women.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMCJ	Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BR	Brasil
COVID	Coronavírus
EaD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FINOM	Faculdade do Noroeste de Minas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMFDH	Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos
PNDL	Plano Nacional do Livro e do Material Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSS	Processo Seletivo Simplificado
RCG	Referencial Curricular Gaúcho
RS	Rio Grande Do Sul
SCIELO	Biblioteca Eletrônica Científica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

2 DESENVOLVIMENTO	20
2.1 Revisão de Bibliografia	20
2.1.1 Lei Maria da Penha e ações preventivas no âmbito escolar	21
2.1.2 Conceitos de Feminicídio, Machismo Estrutural e Naturalização.....	23
2.1.3 A escola como promotora de conhecimento	25
2.2 Metodologia	27
3 RESULTADOS	33
3.1 Descrever como os professores abordam a temática junto a disciplina de Sociologia, em acordo com a BNCC.	33
3.2 Identificar se a escola tem casos de violência, como os trata e acolhe, ou seja, compreendendo a percepção da escola, a fim de proporcionar uma educação transformadora	34
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
PÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	48
ANEXO A – Termo De Consentimento	49

1 INTRODUÇÃO

Segue um texto de caráter pessoal, o qual visa descrever a pesquisadora, como sua trajetória lhe conduziu ao tema e problemática desta pesquisa, bem como descrevê-la enquanto ser humano, sua integridade física, psicológica e suas adversidades, além disso sua trajetória educacional. Posto isto, detalhar um pouco mais sobre a área de estudo da pesquisa, de como é a cidade, a população e as principais atividades econômicas, como também contextualizar a escola neste meio, como enxergam a Sociologia enquanto disciplina, se seguem as Leis de Diretrizes e Base da Educação – LDB, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e como orientam suas ações educativas e projetos, no currículo escolar anual.

Eu me chamo Maria Madalena Lucas Nunes, professora dos anos iniciais, no Ensino Fundamental da Educação Básica, formanda, atualmente, em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Campus Litoral Norte. Nos anos de 1984, me formei no Ensino Médio, chamado até então de Segundo Grau, em Técnico Assistente em Administração. Logo, trabalhei em algumas empresas privadas no ambiente administrativo, casei-me, tive filhos e por muitos anos fui “Do Lar”, cuidando da casa e dos filhos. Aos 36 anos de idade, iniciei cursando Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná, modalidade EaD, no Município Vizinho, no qual tive a oportunidade de seguir meus estudos, com sempre desejei, longos e árduos anos, pois tinha filhos e casa para zelar. Muitas vezes meu pai e minha mãe iam até minha casa para ficar com os meninos, já nas segundas e quartas-feiras, precisava ir ao Polo, para aulas semipresenciais. Claro que o casamento se desfez, uma vez que o relacionamento era abusivo, numa relação de poder do homem sobre a mulher, aos 37 anos.

Logo depois conclui o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Supervisão Escolar, no período de 09 de fevereiro a 15 de fevereiro de 2011, pela universidade FINOM – Faculdade do Noroeste de Minas, com 43 anos e até o presente momento não exerci a profissão. No entanto, cursei uma outra Pós - Graduação Lato Sensu em Atendimento Escolar Especializado pela Faculdade de Educação São Luiz, concluído no ano de 2018, aos 50 anos. Posto isto, de acordo com a necessidade do Município vizinho, fui convidada a trabalhar com o Atendimento Educacional Especializado, onde é concursada na Rede Municipal de Ensino, para séries iniciais. No Município de Minas do Leão, onde reside, sou nomeada na Rede de Ensino Estadual.

Minha jornada de trabalho é composta por estágios, Processo Seletivo Simplificado - PSSs e muitas vezes trabalhei nos três turnos. No ano de 2010, ingressei na Rede Municipal Estadual, por meio de contrato emergencial e logo depois em 14 de agosto de 2014, prestei concurso e fui aprovada. No Município de Butiá, Rede Municipal, também prestei concurso e fui aprovada no ano de 2011, sendo admitida no dia 25 de agosto do referido ano. Ao longo desses anos, realizei muitos cursos, na área pedagógica buscando a formação continuada, a fim de que, de uma forma mais acertada, pudesse atender meus alunos. Nesse sentido, já atendi desde o maternal II até o 5º ano/ séries iniciais. Além de ministrar aulas, norteio meu trabalho na forma lúdica, envolvendo teatro, pinturas, Saraus Poéticos entre outros eventos, no intuito de proporcionar uma educação mais criativa e estimulante para o aluno (a), além de me dedicar a um ensino e aprendizagem de forma afetiva, proporcionando ao aluno (a) meios para a aquisição do conhecimento de modo autônomo e crítico de desenvolvimento. eu sempre acreditei na educação amorosa, vindo a comprovar sua teoria desde que uma aluna, na educação infantil, retornou com ela no 5º ano e ao abraçá-la a aluna disse: “O mesmo cheirinho!” A memória afetiva é grandiosa e faz milagres.

Minha vida sempre foi cheia de renúncias e dificuldades, mas nunca desisti, nem quando aos 46 anos, final do ano de 2014, descobri através de uma mamografia, um carcinoma ductal infiltrante. Porém, nunca perdi a fé, a esperança na vida, na ciência, em Deus e aos Anjos, me mantendo firme e corajosa. Durante muito tempo, cerca de quase dois anos, eu estive afastada das minhas funções, realizando diversas cirurgias e tratamentos quimioterápicos e radioterápicos. Retornei ao trabalho, no entanto, cerca de dois anos depois o tumor voltou, vindo a realizar tratamento quimioterápico novamente, além de utilizar injeções e comprimidos, os quais são considerados como uma quimioterapia oral. Depois que o tumor é metastático, é como viver com uma doença crônica, a qual precisa sempre estar em tratamento, sendo que de quando em quando o remédio “perde o efeito”, precisando ser trocado. Essas trocas envolvem convênios e ações judiciais, mas eu nunca desisto e sigo o curso da vida, sempre agradecendo a Deus e a Ciência. Agora nesses últimos dias, foi constatado que o remédio perdeu o efeito, novamente, sendo preciso fazer radioterapia e uma injeção que ainda precisa passar por todos os trâmites judiciais dos remédios de alto custo ou o tratamento quimioterápico, caso não consiga.

Diante de todos os percalços, chegou na UFRGS, por meio de amigos que a convidaram para realizar o vestibular e há quatro anos, aceitou, imaginando que não se classificaria, porém o “milagre” aconteceu. Hoje aqui, em vésperas de formatura, realizando um grande sonho, mesmo nas adversidades. De mais a mais, além da afetividade, meus interesses sempre foram centrados na arte, na música, na dança, na escrita e na leitura. Tenho certeza de que minha alma é de artista. A vida é cheia de surpresas, muitas vezes boas e muitas vezes não tão boas, no entanto, as adversidades ensinam o verdadeiro significado da vida, das pessoas e dos sentimentos.

Acredito que a Sociologia Escolar poderá contribuir para abordar temáticas como a violência doméstica e o risco de morte no Ensino Médio, auxiliar no conhecimento das Leis de proteção e dados estatísticos de mulheres em situação de violência bem como a escola trata essas questões, as quais estão estabelecidas na BNCC. Assim, essa disciplina também poderá enfatizar o quanto as ações educativas poderão contribuir para a formação dos sujeitos. Nesse sentido, a aula de Sociologia torna-se um espaço rico para diálogo com estudantes e comunidade escolar, salientando as questões de gênero, de desigualdade e de violência, no intuito de propor ações educativas preventivas, a fim de inspirar propostas para a transformação social, de forma mais significativa.

Em virtude do relato anterior e como consequência da minha trajetória, o presente trabalho tem como temática a *Violência contra a mulher: Compreendido na Escola Estadual de Ensino Médio, no município de Minas do Leão-RS*. Nesse ínterim, a inserção deste tema é de grande relevância, desde a Educação Básica, visto que a escola possui um papel social importante na formação de sujeitos. Posto isto, o objetivo geral do estudo visa compreender como professores e escola, refletem acerca do eixo temático das relações de gênero, acordados na BNCC, se identificam os casos de violência contra a mulher nesse ambiente e de que modo a educação contribui para suprimir essa natureza de violência, mediados pelo componente curricular da Sociologia, a fim de promover uma educação transformadora. Já os objetivos específicos buscam descrever como os professores abordam a temática junto a disciplina de Sociologia, em acordo com a BNCC, identificar se a escola tem casos de violência, como os trata e acolhe e por último, compreender a percepção da escola, mediante a essa temática e se a mesma possui projetos, a fim de proporcionar uma educação transformadora.

Sendo assim, o presente estudo se justifica mediante a intenção de desvelar o grave problema social na perspectiva da Sociologia, através da temática da violência de gênero, como meio para internalizar novos olhares sobre a desigualdade de gênero, a qual está compreendida na BNCC. Logo, o estudo se justifica também pelo aumento exponencial de violência no país durante o período de pandemia da COVID19, principalmente, devido ao isolamento social, o qual evidenciou uma crescente violência doméstica. Assim, se pode atentar para as causas que levaram muitas mulheres ao risco de morte, por isso, propõe-se reconhecer o campo educacional como instrumento de conhecimento, análise e de prevenção.

Nessa perspectiva, aponta-se a educação como meio para conscientização de problemas sociais relevantes e o quanto educadores podem mediar e assistir, através das aulas de sociologia, a formação dos sujeitos, no sentido de olhar para as questões de desigualdade de gênero e violência, assim conscientizar e abrandar o número de violência contra a mulher. Logo, de acordo com Adichie (2017, p. 28), ao apresentar quinze sugestões, refletidas a partir de um pedido de uma amiga de infância, sobre como criar uma filha feminista, a autora ressaltou “que ensinem às crianças sobre a diferença, de modo natural, porque o mundo é plural e é preciso respeitar a diversidade”.

Perante o exposto, a preocupação que inspira esse estudo se fundamenta na ideia de aproveitar o componente curricular de Sociologia, no campo das Ciências Sociais, como promotora de reflexões acerca do problema social da violência contra a mulher, de modo que essas análises sejam a base do tema. Dessa forma, além de explicar às circunstâncias em que ocorrem a violência de gênero, se faz necessário questionar, especificamente, a violência contra a mulher, uma vez que a temática envolve aspectos socioculturais relativos aos “papéis” internalizados, ao longo do tempo e da história, do homem sobre a mulher em sociedade.

À vista disso, a Sociologia, como componente curricular, auxilia a refletir acerca de problemas socioculturais, a qual dialoga com temas sociológicos importantes, sendo que a educação é fundamental, não só para abordagens sobre a violência contra a mulher, mas para a compreensão dos contextos em que ocorrem e sobre o papel da mulher na sociedade, atentando às concepções de respeito aos Direitos Humanos. Com esse propósito, de acordo com a BNCC “ao realizar esse exercício na abordagem de circunstâncias da vida cotidiana, os estudantes podem desnaturalizar

condutas, relativizar costumes e perceber a desigualdade, o preconceito e a discriminação presentes em atitudes, gestos [...]” (2018, p. 577).

Por conseguinte, esses estudos se encontram incluídos no centro da temática da diversidade de gênero, as quais estão de acordo com a BNCC, em Ciências Humanas e Sociais, atrelada ao Ensino Médio, no qual compete “Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (BNCC, 2018). Com isso, se busca compreender como os professores de Sociologia da Escola Estadual do Município de Minas do Leão/ RS estão colocando em prática as diretrizes da BNCC visto que a mesma possui como filosofia “um olhar acolhedor e respeitoso, a fim de reconhecer e valorizar as experiências dos alunos (as) atendendo as suas diferenças e necessidades específicas” (PPP, 2018, n.p.), bem como abordar a prevenção da violência contra a mulher, visto que é uma temática de relevância social.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, propõe que sejam incluídas as temáticas relativas aos direitos humanos, integrando todas as formas de violência e igualmente contra a mulher no currículo escolar, através da Lei 14.164 (BRASIL, 2021), sendo imprescindível que a escola tenha uma proposta educacional que contemple esta orientação. Ainda, importante ressaltar que de acordo com indicadores sociais das mulheres no Brasil, as vítimas preferem não denunciar, seja por medo, ameaças ou por desconhecimento, quanto aos órgãos de proteção e acolhimento, pois “há um enfrentamento, quanto ao grande problema com a subnotificação de casos” e que “chamar a atenção para pesquisas específicas, referente a violência doméstica, são relevantes para não prejudicar a identificação de casos” (IBGE, p. 10, 11).

Portanto, além de olhar para a escola como um lugar de escuta, ressalta-se a ideia de escola como um ambiente profícuo para o combate à violência e de transformação social. Então, para a compreensão dessa temática de violência contra a mulher recomenda-se motivar ações socioeducativas, que além de apresentar dados, dê andamento a um plano de conscientização, a fim de enxergar o grande número de episódios de violência doméstica no Brasil e se proponha a minimizar casos de violência através do ensino desde a educação básica, uma vez que, “de acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no Brasil há mais de 31 mil denúncias de violência contra a mulher até julho de 2022, abarcando

atos de violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial” (BRASIL, 2022). Assim, o presente levantamento também apontou um alerta quanto à prática da violência, em grande maioria, ser cometido pelo companheiro da mulher, ou seja, no ambiente familiar.

Nesse sentido, a Sociologia tem um papel fundamental na escola e na formação dos estudantes da Educação Básica, relativo à diversidade, a diferença, ao respeito e a violência, visto que, dentro dessa proposta, busca orientar o estudante sobre essas questões que envolvem seu papel de cidadão em sociedade e os Direitos Humanos, cuja disciplina propõe alicerçar o conhecimento dessas temáticas, as quais possuem grande visibilidade social, como a violência contra a mulher. Assim sendo, o estudo busca responder à questão problematizadora: Como as aulas de Sociologia da Escola Estadual do Município de Minas do Leão-RS poderão contribuir e fornecer orientações adequadas aos estudantes frente a conscientização e combate à violência contra a mulher?

Portanto, o conteúdo deste estudo, embasado na temática da violência contra a mulher, o qual ressalta a preocupação com o crescente número de violência, principalmente nos últimos anos, pode considerar o ensino como meio para debates, projetos e aprendizagens, a fim de desnaturalizar ideias conservadoras de sociedade patriarcal em que o homem é considerado superior a mulher, além de sublinhar a ideia de vulnerabilidade do sexo feminino. Nesse sentido, o que pode evidenciar o aumento de casos de violência contra a mulher e recorrente feminicídio é a naturalização com que é encarada esse tipo de conduta violenta, que viola os direitos humanos, apresentados nas questões de gênero, que estão em acordo com as habilidades e competências da BNCC, que se torna importante levar ao conhecimento dos estudantes da educação básica, a fim de formar cidadãos capazes de transformar seu meio social e antigas concepções de papéis sociais do homem e da mulher, há muito internalizados. “Assim, a escola, como contexto plural, precisa criar espaços para educar para a cidadania global, direitos humanos e igualdade de gênero, incluindo nestas dimensões a prevenção da violência de gênero” (TORNEY-PUNTA, 2004 *apud* MAGALHÃES, 2018, p.108).

Além disso, o meio escolar, como espaço de diálogo, favorece o desenvolvimento de aprendizagens e projetos, que visam analisar essas relações familiares permeadas por violência, no âmbito escolar. Assim, se pode debater sobre os direitos humanos e suas violações, como a violência contra mulheres, que

desestrutura famílias e compromete a integridade das pessoas, uma vez que “a problemática da violência contra a mulher é considerada atualmente importante questão de saúde pública, tendo em vista que afeta não somente a pessoa que sofre violência, mas também a sociedade” (SILVA et al, 2016. p. 278).

Nisso, se pode aproveitar da Sociologia, como instrumento de ensino e transformação social, acerca de ideias entranhadas, que envolve a violência e essa concepção de que a mulher é inferior e está sob o domínio homem e que por muito tempo (e ainda hoje) foi impedida de exercer seus direitos. “Porém, o patriarcado ainda tem muita influência na sociedade e, ainda destina às mulheres ‘papéis’ vinculados ao ambiente privado como afazeres domésticos e os cuidados com a educação dos filhos” (PEREIRA et al, 2019, n.p.).

Posto isto, se faz necessário desenvolver um estudo voltado para compreensão quanto aos índices de violência, no Município, e criar redes de apoio e acolhimento para as famílias, que sofrem com essa natureza de violência, uma vez que a Escola Estadual do Município de Minas do Leão também não trata essas questões de violência, salvo abordar a temática em aulas de Sociologia. Sendo assim, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: primeiramente apresenta o desenvolvimento, composto pelos objetivos, a fim de enfatizar a proposta e a direção do estudo; logo após, identifica-se o referencial teórico, no intuito de contextualizar a temática da violência contra a mulher, o qual foi constituído por três tópicos: a Lei Maria da Penha e ações preventivas no âmbito escolar; conceitos de feminicídio, machismo estrutural e naturalização e finalmente a escola como promotora de conhecimentos.

Posteriormente, se desenvolveu a metodologia de cunho qualitativo e exploratório, permeada por questões abertas, elaboradas pela pesquisadora. Logo após, a análise dos dados, no tocante a apresentação dos resultados da pesquisa de campo, realizada na Escola Estadual do Município de Minas do Leão/RS constituída por Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos, sendo a única escola do Município que atende as modalidades de Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, o qual tem uma população estimada em oito mil habitantes. Assim, os Resultados foram constituídos por dois tópicos: “Descrever como os professores abordam a temática junto a disciplina de Sociologia, em acordo com a BNCC” e “Identificar se a escola tem casos de violência, como os trata e acolhe, ou seja, compreendendo a percepção da escola, a fim de proporcionar uma educação

transformadora”. Já no que tange as Considerações Finais foram apresentadas as questões relacionadas aos objetivos do estudo e práticas que promovam projetos e movimentos sociais referente a temática. Por último, nas “Referências” foram listados todos os sites e livros utilizados para a construção desse estudo, seguido dos elementos complementares “Apêndice” e “Anexo”. Mediante isso, o estudo demonstrou que os entrevistados compreenderam a dimensão da temática violência contra a mulher, mas que até o momento não houve ações em prol da conscientização da mesma na escola.

2 DESENVOLVIMENTO

Nesta seção será apresentada a revisão bibliográfica, a qual visa analisar estudos realizados anteriormente, relativo à temática da violência contra a mulher, no intuito de proporcionar embasamento teórico, bem como a metodologia empregada na elaboração deste estudo.

2.1 Revisão de Bibliografia

O Brasil é um dos países que mais contabiliza mortes violentas contra mulheres, ocasionadas, normalmente, por companheiros e ex-companheiros das vítimas, além de que a violência contra a mulher teve um aumento significativo, durante a pandemia da COVID19, devido ao isolamento social. Nesse âmbito, segundo pesquisas realizadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Brasil registrou no primeiro semestre do corrente ano, “mais de 31.398 denúncias e 169.676 violações envolvendo a violência doméstica contra as mulheres” (BRASIL, 2022).

Em vista disso, se torna importante investigar quais práticas pedagógicas poderão ser aplicadas no âmbito escolar, como forma de conscientização dos sujeitos. Assim, através da escola, se pode promover uma educação transformadora, por meio de debates acerca das consequências que essa temática possui para uma sociedade, além de compreender o meio familiar dos mesmos. Logo:

V – a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres; (MATA, 2017, p.23).

Sendo assim, este estudo versa sobre o eixo temático das Relações Sociais de Gênero. Nesse sentido, como o tema é a violência contra a mulher, o mesmo será discutido, principalmente, no contexto escolar, como forma de pensar meios para sensibilizar jovens e adultos, na busca de novas perspectivas, a fim de construir valores éticos e morais, pensados desde o início da educação básica, através de aprendizagens, visto que ainda vivemos numa realidade, historicamente, marcada por uma cultura machista, como afirmado por Tebet (2019, p. 73):

Nós aqui podemos punir, nós aqui podemos aumentar a pena, mas nós temos que, imediatamente, dentro das escolas – e não na juventude, no ensino médio, e sim lá no ensino fundamental, entre as crianças com cinco, seis, sete anos de idade –, explicar para os nossos meninos que meninos e meninas são iguais em seus direitos e obrigações; que é importante respeitar uma menina, que é preciso respeitar o mais frágil fisicamente, que não é necessariamente a mulher, mas o enfermo, o deficiente. São esses valores que nós precisamos resgatar.

Em vista disso, a temática da violência necessita ser abordada desde o ensino fundamental, etapa cujas aprendizagens envolve a capacidade do estudante em apreender de forma mais natural e espontânea. Logo, argumentar com as crianças acerca de princípios éticos e de respeito ao próximo, torna-se mais acessível, pois a mesma se mostra com maior predisposição a transformações, no intuito de inspirar atitudes mais flexíveis quanto ao respeito e a diferença.

2.1.1 Lei Maria da Penha e ações preventivas no âmbito escolar

Diante do contexto de violência contra a mulher, como temática social e educativa, relevante conhecer e apresentar aos estudantes, no universo das aulas de Sociologia, a Lei Maria da Penha (LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006)¹, que de acordo com o capítulo I – Das Medidas Integradas de Prevenção, importante ressaltar o artigo IX, em que o mesmo evidencia – “o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.” (TEBET, 2019, p.130).

Em acréscimo, “a Lei Maria da Penha (11.340/2006), tem sido instrumento para notificação de casos”. Ademais, o aumento de casos de violência contra o sexo feminino ficou evidente, segundo dados do IBGE (2018), no qual demonstrou que “30,4% dos homicídios de mulheres ocorreram no domicílio, para os homens, a proporção foi de 11,2%.” Diante disso, também relevante destacar que para modificar esse cenário de violência são necessárias ações sociais e educativas, pois as “leis

¹Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 06/10/2022.

não são suficientes para mudar a realidade da violência contra a mulher” (PESSOA, 2015).

Portanto, estudar e compreender a Lei Maria da Penha na sala de aula, através da disciplina de Sociologia é fundamental em razão da proposta de práticas de debates e reflexões, para que estudantes se instruaem quanto as ações de enfrentamento e transformação de conceitos socialmente arraigados, do poder de mando do homem sobre a mulher, partindo do ponto de vista de que o currículo do ensino médio incorpora essa temática, a fim de preparar os estudantes, para pensamentos mais reflexivos e críticos. Portanto, “do exposto se conclui que as relações homem-mulher estão permeadas pelo poder.” (SAFFIOTI, p.18, 1987). Logo, cabe mencionar que:

Assim não será a mera existência de lei que determinará a mudança de padrões culturais sexistas que imperam ainda em nossa sociedade. Há necessidade de políticas públicas consistentes, inclusive ações educativas em todos os níveis de ensino, mas, não apenas na educação formal, mas também por meio de todos os canais de divulgação, especialmente a mídia social. (PESSOA, 2015, p.02)

Portanto, se torna significativo ressaltar as Leis de proteção à mulher, de medidas protetivas e de preservação de integridade dos indivíduos. Com isso, tentar reprimir a violência doméstica, porém reconhecer que mais do que leis são necessárias à implementação de políticas públicas eficazes e práticas educativas (PESSOA, 2015). Portanto, as abordagens referentes a violência contra mulheres são mencionadas nos livros didáticos. Assim, os livros se tornam uma ferramenta importante por analisar as relações de gênero e orientar na construção do currículo escolar (MAGALHÃES et al, 2018). Dessa forma:

[...] um currículo de prevenção pressupõe uma intervenção integrada, ou seja, uma articulação com toda a comunidade escolar (estudantes, docentes, auxiliares educativos/as, assistentes operacionais...). Esta intervenção sistemática, não tem como objetivo somar mais uma atividade ou matéria ao currículo escolar, mas sim encontrar espaços e tempos, dentro do currículo escolar, para uma articulação com o mesmo, no sentido de trabalhar com mais explicitação e clareza alguns conteúdos inerentes à prevenção da violência contra as mulheres. (MAGALHÃES et al, 2018, p. 116 – 117).

No entanto, a posição da mulher na sociedade brasileira é difícil, quando se remete as relações estruturalmente marcadas pela violência e intolerância. Nesse sentido, segundo Prado e Sanematsu (2017, p.61) “ser mulher em uma sociedade que

sustenta tantas discriminações é um perigo, sobretudo para as mulheres negras”, principalmente na convivência com o gênero masculino na intimidade, uma vez que o feminicídio é o resultado de um cotidiano de violências, que poderia ser evitado, caso as mulheres fossem efetivamente amparadas pela lei, conhecessem sua relevância e denunciasses seus agressores, pois:

Os cenários onde ocorrem os feminicídios ajudam a compreender os seus determinantes, alguns conhecidos de longa data, outros emergentes na atualidade. Os mais conhecidos e estudados são os cenários familiares e domésticos, já que a família em sociedades patriarcais confere todo o poder ao homem, e nas relações entre parceiros íntimos as mulheres são consideradas propriedade dos maridos, companheiros, namorados e ex-companheiros. (MENEHHEL; PORTELLA, 2017, p. 04).

Com isso, igualmente importante elucidar para os estudantes as formas como se apresentam a violência contra a mulher, geralmente por parceiro íntimo, as quais as mulheres são vítimas, dado que, este padrão de violência está ligado ao desrespeito à imagem de figura frágil da mulher, compreendida desde os ataques físicos, psicológicos e sexual. Por consequência, em muitos casos, a morte de mulheres é o desfecho final que poderia ser remediado pelo amparo das leis e medidas de proteção.

2.1.2 Conceitos de Feminicídio, Machismo Estrutural e Naturalização

Em face do cenário atual de violência contra a mulher, relevante debater sobre conceitos de machismo, de naturalização e de feminicídio. Dessa forma, de acordo com Prado e Sanematsu:

O assassinato de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero recebeu uma designação própria: feminicídio. No Brasil, é também um crime hediondo desde 2015. Nomear e definir o problema é um passo importante, mas para coibir os assassinatos femininos é fundamental conhecer suas características e, assim, implementar ações efetivas de prevenção (2017, p.9).

Posto isto, feminicídio é um crime hediondo, cometido contra mulher na qualidade de gênero, conceito que foi elaborado para combater a violência e a discriminação contra a mulher. Nisso, em concordância com NETTO (2017, online), feminicídio (ou femicídio) “é um termo que junta às palavras “feminino” e “homicídio”

e se refere aos assassinatos de mulheres cuja causa é o gênero – feminino – da pessoa assassinada, sendo enquadrado dentro das categorias de crimes de ódio e como ato de misoginia.”

Por meio do Feminismo, enquanto movimento social objetiva-se promover a igualdade entre gêneros, combater o machismo, além de propor formas de prevenção e combate à violência contra a mulher. Por conseguinte, importante debater os conceitos de naturalização e machismo estrutural, o qual de acordo com Bruna (2021):

O machismo estrutural é um conceito utilizado para descrever um grupo de comportamentos que reforçam a ‘imagem do homem hétero’, gerando desigualdade entre homens e mulheres. Esse comportamento machista pode ser visto em diferentes estruturas da sociedade: família, trabalho, relações afetivas, etc. (BRUNA, 2021, online).

Então, o machismo estrutural enfatiza a dominação masculina na sociedade patriarcal, ressaltando os valores masculinos em detrimento aos femininos, considerando as mulheres como inferiores aos homens e o homem como figura central das relações íntimas, de trabalho e sociais (BRUNA, 2021). Nesse contexto, ainda que haja diversas conquistas por meio dos movimentos sociais feministas, observa-se um padrão entranhado de dominação masculina, sendo este um grande problema social, identificado por meio da naturalização do machismo, daí a ideia de que os dois conceitos estão relacionados e necessitam ser estudados, desde o ensino fundamental e exemplificados na forma de respeito ao próximo, solidariedade e valores morais. Assim, para melhor compreensão, o termo naturalização é definido por Viana (2013, n.p.) como:

A desigualdade social entre homens e mulheres, classes sociais, jovens e adultos, é natural, ao invés de ser o que é: social e histórica. Essa desigualdade a que nos referimos é social, pois, se os homens recebem maiores salários do que as mulheres, isso se deve a um processo social e histórico de opressão das mulheres.

Em vista disso, ao se observar as lutas e estudos de reivindicação pela igualdade de gênero na sociedade, com a finalidade de combater todo tipo de desigualdade e violência, se compreendeu que o desenvolvimento de projetos escolares, de ações preventivas, envolvendo escola, alunos (as) e familiares são relevantes, não só a partir do ensino médio, mas em todos os níveis de ensino. Portanto, de acordo com o que foi exposto, se percebe a educação como mediadora

de reflexões acerca dos conceitos citados acima, pois considera-se o âmbito escolar um campo fértil de aprendizagens, que por meio de ações pedagógicas transformadoras, se pode debater um problema social tão grave e recorrente, como a violência contra a mulher.

2.1.3 A escola como promotora de conhecimento

Diante do crescente número de feminicídio no Brasil, evidenciado, principalmente, no período da pandemia COVID19, como situação agravante para o aumento dos casos de violência contra a mulher, Alencar (et al, 2020) fez repensar o modo como a sociedade percebe esse grave problema social e se faz urgente estudos acerca desta temática, no meio escolar, uma vez que este é ambiente profícuo para transformação e compreensão de valores, de toda uma sociedade. Nesse sentido:

Essa transformação precisa abranger todos os espaços da sociedade, e com maior importância, precisa ser central no ambiente escolar, pois na escola existem inúmeras manifestações da diversidade e uma escolarização em que os saberes formais e práticas pedagógicas voltam-se para a formação crítica e emancipadora, pautada no respeito às diferenças, é um instrumento inigualável na busca pela desconstrução das desigualdades ou, ao contrário, pode agir na manutenção de preconceitos e fomentando discriminações. (MACEDO,2022, p.01)

Nessa perspectiva, torna-se necessário introduzir conhecimentos com estudantes de todos os segmentos da Educação Básica, relativo ao respeito, a diversidade, a igualdade e equidade. Logo, também se torna necessário compreender a temática da violência contra a mulher, a fim de atentar para os aspectos em que a violência acontece, além de alertar quanto às situações de riscos, uma vez que o silêncio é preconizado. À vista disso:

É comum as vítimas serem orientadas por pessoas próximas a terem condutas excessivamente compreensivas com o comportamento violento do homem, alegando que “homem é assim mesmo”. Esse reforço à submissão feminina promove uma vida violenta para as mulheres, retirando delas sua liberdade e as jogando cada vez mais fundo no ciclo da violência, cujo fim pode vir a ser o feminicídio. (BIANCHINI; FERREIRA;2022, p.18)

Dessa forma, a proposta de ensino, como mediadora de conscientização relativo ao combate da violência contra a mulher se torna urgente, pois de acordo com Bianchini e Ferreira (2022, p.18) “a sociedade reforça como natural essa concepção

de violência, justificando que nas relações humanas o homem exerce poder e domínio sobre a mulher”. Para tal, é necessário dialogar sobre a temática da violência, a fim de educar para criticidade e para liberdade, como apoiado por Freire, que compreende o diálogo como base da educação, em conformidade com a proposta da BNCC (2019, p.32, 103). De outro modo:

[...] é fundamental abordar circunstâncias da vida cotidiana que permitam desnaturalizar condutas, relativizar costumes, perceber a desigualdade e o preconceito presente em atitudes, gestos e silenciamentos, avaliando as ambiguidades e contradições presentes em políticas públicas tanto de âmbito nacional como internacional. (BRASIL, 2018, p.564).

Ainda assim, inspirados no princípio básico dos Direitos Humanos, por meio do componente curricular da Sociologia, se torna fundamental no ensino para a cidadania, educar sujeitos para que constatem formas de desigualdade, de violência e suas origens, como também desnaturalizem os meios de encará-las, considerando estes elementos basilares para uma educação transformadora. Quanto a isso, para Ferraz (2020, p.113), é importante “que a escola potencialize o ensino de Sociologia para uma nova cultura de gênero, compreendendo a importância do seu papel, de uma forma mais ampla, como um espaço que congrega saberes diversos e contribui para a cidadania e garantia de direitos”. Assim sendo:

“A presença da temática de gênero, em bases teóricas sólidas, e as sugestões de recursos metodológicos para o trabalho em sala de aula, são considerados dois elementos qualitativos bem importantes. Ao mesmo tempo, o fato de percebê-los como avanços, não significa que eles não necessitem de aperfeiçoamento. Quando se busca o ponto de intersecção com a pesquisa qualitativa, para que a discussão da violência contra a mulher ganhe espaço no currículo e no plano de curso/aulas do professor de Sociologia, é nesse estágio que se concebe como um problema na escola. Nesse contexto, não se coloca propriamente como uma crítica ao que está posto nos livros do PNL, mas o quanto do conteúdo é explorado/vivenciado em sala de aula” (FERRAZ, 2020, p. 107).

Logo, as práticas pedagógicas de conscientização são necessárias, por meio de aulas educativas e reflexivas, que versam sobre essas questões de violência de gênero, sendo importante discutir a naturalidade com que é encarada a violência e mediante ao papel da mulher na sociedade brasileira no currículo, o qual a partir de uma perspectiva sociológica, prima por construir aprendizagens significativas, a fim de sensibilizar não só estudantes, mas todo o entorno escolar. Nessa perspectiva, Magalhães (2018, p.11) afirmou que é necessário tornar a escola e a sala de aula em

ambientes seguros, dinâmicos, criativos e reflexivos, bem como envolver toda a comunidade educativa (família, docentes, auxiliares) para o desenvolvimento de um currículo de prevenção. Quanto a isso:

Visibilizar e reconhecer as relações de poder desiguais que vulnerabilizam a condição feminina e o contexto discriminatório que permeia as violências é ponto essencial. “O combate à impunidade é importante, mas é insuficiente. É preciso investir na educação e na comunicação social, pois precisamos construir espaços de discussão da violência de gênero e de socialização para uma sociedade menos violenta. Sem isso, não vamos conseguir mudar essa realidade”, defende Izabel Solyszko Gomes, doutora em Serviço Social e docente na Universidad Externado de Colombia. (PRADO e SANEMATSU *apud* SOLISZKO, 2017, p. 97).

Por tudo isso, importante ressaltar que a escola não possui projetos, programa de prevenção, amparo e/ou acolhimento para vítimas de violência veiculados à Secretaria de Assistência Social do Município de Minas do Leão. Nesse contexto, a escola poderia desenvolver projetos relacionados a ações de combate à violência doméstica e familiar com o apoio da referida secretaria.

2.2 Metodologia

O presente tópico tem por objetivo apresentar os procedimentos metodológicos que nortearam esse estudo, no qual expõe os critérios utilizados durante o desenvolvimento do trabalho. Assim, o Município de Minas do Leão está localizado cerca de 85 Km de Porto Alegre, cercado pela BR 290, cuja população é estimada de 8.130 pessoas, cidade a qual foi fundada a partir da descoberta de carvão, nos idos de 1895. Nessa época Minas do Leão pertencia a então hoje “Fazenda Leão”, cujos donos possuíam origem espanhola. Por conta disso, “reza a lenda”, que a dona das terras de sobrenome Leão, teria um desejo de que a cidade não se desenvolvesse economicamente, como castigo, visto que segundo contam os antigos, o Estado teria tomado parte de suas terras, a fim de extrair o carvão. Segue Figura 1, que representa a Entrada da Cidade de Minas do Leão, aos dias de hoje:

Figura 1 – Entrada da Cidade de Minas do Leão, aos dias de hoje.



Fonte: <http://www.minasdoleao.rs.gov.br/header/20210311132740.jpg>.

No entanto, a cidade motivou a vinda de trabalhadores de diversas Regiões do Rio Grande do Sul, para trabalhar nas minas de carvão como ilustra a Figura 2, mantendo a economia, por muitos anos, em pleno desenvolvimento. Nesse sentido, desenvolveu-se o comércio, inicialmente por meio da Cooperativa dos Mineiros, criação de gado, lavouras de arroz e mais tarde soja e melancia. O Município de Minas do Leão só se emancipou no ano de 1992, no dia 20 de março, pois até então era distrito de Butiá, Município vizinho. Segue imagem de uma Mina de Carvão na Figura 2:

Figura 2 – Imagem de uma Mina de Carvão



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2749629321726342&set=g.1841869802697827>.

Além disso, pouco tempo atrás, o carvão perdeu sua posição de grande potência econômica do Município e hoje é reconhecido, popularmente, como “a cidade do lixão”, pois aqui há uma central de resíduos, a qual suporta toneladas do mesmo, ainda que gere grande parte dos empregos. Todavia, o comércio é fraco, gerando pouquíssimos empregos, além de que bares e restaurantes atuam por um certo tempo, depois encerram suas atividades, devido ao pouco fluxo de clientela.

Em seguida, significativo ressaltar que o Município é composto por duas Escolas da Rede Estadual, uma denominada Escola Estadual de Ensino Fundamental Getúlio Dorneles Vargas, a qual atende a clientela de Ensino Fundamental anos Iniciais e Finais, assim como EJA (Ensino Fundamental) e a Escola Estadual de Ensino Médio Engenheiro Frederico Horta Barbosa, que atende Ensino Fundamental, Médio e EJA (modalidade Médio). Assim como, a rede Municipal, a qual é composta por três escolas de Ensino Fundamental e uma de Educação Infantil, compreendida desde a creche à pré-escola.

Diante desse arquétipo de Município que valoriza a educação e a cultura, enfatizamos a existência de uma das Escolas Estaduais, como única escola que atende a modalidade Ensino Médio e EJA, como já havíamos mencionado anteriormente. Para tanto, sua criação ocorreu no ano de 1947, através do “decreto nº. 2363/47, começando a funcionar numa casa de madeira, situada na zona central da cidade, [...]” (PPP, 2018), a qual teve diversos gestores ao longo dos anos, além de outras edificações, visando sempre a melhoria das instalações, a fim de ofertar aos alunos uma infraestrutura mais adequada, como também um ensino que atenda às necessidades educacionais dos mesmos (as). Hoje em dia, a escola possui uma infraestrutura ampla, com diversas salas de aula, sendo uma de atendimento educacional especializado, biblioteca, área administrativa, saguão, refeitório e cozinha, banheiros, pátio, quadra de esportes e parquinho. A escola também possui multimídia, rádios, caixa de som, microfones, ventiladores precários, ar-condicionado instalados nas salas de aula, porém nunca foram utilizados devido à burocracia com a companhia de energia, netbooks e chromebook a disposição de alunos e professores, além de impressoras na área administrativa, internet banda larga e rampa de acessibilidade. Logo, segue Figura 3, que demonstra a Escola Estadual de Minas do Leão:

Figura 03 – Escola Estadual de Minas do Leão



Fonte: Acervo Pessoal

Assim, a pesquisa realizada se classifica como qualitativa quanto à abordagem do problema. Para tanto, o estudo possui caráter descritivo e de campo, visto que foram levantados dados, de acordo com a formulação e aplicação de perguntas, a fim de nortear a busca de elementos, no que se refere a análise e interpretação desses dados. Logo:

Na pesquisa descritiva ou de campo, tentaremos observar fatos humanos ou sociais (ou físico-químico?) tal ocorrem, atentando para as variáveis que afetam esses fatos e registrando-as, para tentar confirmar ou rejeitar nossas hipóteses. Esse tipo de pesquisa, muito usado em Ciências Sociais, é desenvolvido por meio de instrumentos de observação como questionário e entrevista. (ROTH e HENDGES, 2010, p.119).

Nesse sentido, o estudo elaborado se reconhece como qualitativo, no intuito de analisar os objetivos aos quais se propôs desenvolver, necessários à abordagem da temática, mediante as questões que foram elaboradas, por meio de questões abertas, conforme se encontra no Apêndice A, a fim de tratar do problema em análise. Dessa maneira, ao analisar o tema, se pretendeu conhecer o cotidiano escolar, o mundo dos sujeitos e capturar suas condutas sociais. Perante isso, a pesquisa também se caracteriza como exploratória, pois:

Pode ser definida como bibliográfica ou documental. Nesse caso, a metodologia envolverá o procedimento de levantamento da bibliografia e os documentos referentes ao problema em questão. Pesquisas desse tipo podem servir de base para subsequentes pesquisas experimentais, uma vez

definido o que se sabe na bibliografia já publicada sobre o assunto. (ROTH; HENDGES, 2010, p.119).

Nesse âmbito, a metodologia empregada na realização deste estudo foi mediada pela análise de material bibliográfico referente ao tema selecionado, de caráter documental, por meio da plataforma Biblioteca Eletrônica Científica – Scielo, cujos descritores pesquisados foram “a educação no combate à violência contra a mulher”, “sociólogos brasileiros que falam de escola e violência de gênero” e “violência contra a mulher”. Por conseguinte, a pesquisa também foi efetuada na plataforma Lume Repositório Digital – UFRGS, através dos descritores “violência contra a mulher” e “violência de gênero”. Assim, o critério utilizado para seleção bibliográfica se remeteu apenas à relevância quanto a temática.

Nessa conjuntura, o estudo também intencionou analisar dados mediante a busca de informações em campo, no âmbito escolar, propriamente dito, por meio de entrevistas com professores de Sociologia e a equipe diretiva da escola, as quais já possuem conhecimento com o cotidiano escolar e com problema em estudo. Para tanto, uma pesquisa qualitativa e exploratória, no sentido de conhecer a realidade, tal como ela é foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental, Médio e EJA, localizada no bairro Centro, no município de Minas do Leão/RS (em torno de 8.000 habitantes). De acordo com o Projeto Político Pedagógico, PPP (2018, n.p.), “é a única escola do município que atende as modalidades de ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio, sendo sua clientela formada por alunos (as) de todos os bairros do município com diferentes condições socioeconômicas e culturais”.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa mostrou-se enriquecedora, pois foi elaborada através da indagação, realizada com professores de Sociologia e equipe diretiva, composta por supervisão e direção, por meio de questões elaboradas pela pesquisadora, em ordem crescente/ numérica e de acordo com as proposições de cada entrevistado. Assim, a participação dos mesmos foi espontânea e colaborativa, cuja concordância foi manifestada através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e assinatura. Para melhor compreensão, o Quadro 1 – Respondentes da Pesquisa apresentou o código e o informante-chave:

Quadro 1 - Respondentes da Pesquisa	
Código	Informante-Chave
A	Equipe Diretiva
B	Professor (a) Sociologia
C	Professor (a) Filosofia
D	Professor (a) Projeto de Vida

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Nesse íterim, as entrevistas foram analisadas mediante os discursos dos participantes, através de perguntas abertas, as quais envolveu a temática da pesquisa e de como a escola procede nesse aspecto, de violência contra a mulher. Dessa forma, a pesquisadora analisou as colocações dos participantes, buscando o referencial teórico no contexto do trabalho, mediante as falas que se apresentaram. Nesse trâmite, à medida que os estudos foram se desenvolvendo, se verificou que a equipe diretiva e os professores de Sociologia perceberam o quanto é fundamental apresentar essa temática aos alunos, no intuito de tornar possível a conscientização dos problemas que abarcam a violência contra mulheres no entorno escolar.

3 RESULTADOS

Esta seção aborda a apresentação e análise dos resultados da pesquisa, a fim de responder aos objetivos do estudo.

3.1 Descrever como os professores abordam a temática junto a disciplina de Sociologia, em acordo com a BNCC.

A equipe diretiva (A), enquanto escola, sugere formas de dialogar com os estudantes sobre o tema, porém em nenhuma conversa mencionou a BNCC, como mote para o trabalho acadêmico, ainda que o currículo da escola, compreenda a temática da violência. Entretanto, a professora B enalteceu o papel fundamental da escola como promotora de novas aprendizagens, por meio de apresentação “de vídeos, músicas, debates e seminários” (B, 2022), a fim de proporcionar orientações e sistematizações do conhecimento, como instrumentos de combate à violência, porém a mesma, elabora o plano de ação anual, pautada na proposta da BNCC.

Tais reflexões convergiram com os argumentos de Magalhães (2018), o qual visualiza a escola como um ambiente profícuo para que estudantes e todo o entorno escolar, repensem ideias dominantes, que ao longo do tempo se mantiveram inalteráveis, relativo à violência contra a mulher. Analogamente, o entrevistado D, quando questionado a respeito dos direitos humanos, respeito e violência contra a mulher e de que forma são apresentadas essas temáticas em sala de aula, respondeu que:

Não sou professor de Sociologia, mas acho que as aulas apresentam a temática do respeito ao feminino através do ensino de valorização dos direitos humanos, especificamente da mulher. Creio que, esta seja uma temática recomendada pela BNCC e pelo RCG (D, 2022).

Neste sentido, o entrevistado D, enfatizou a BNCC como norteadora de seu trabalho, uma vez que trabalha com Projeto de Vida no Ensino Médio, cujo componente está embasado nas habilidades e competências, relativos ao âmbito socioemocionais, que busca orientar o estudante para a reflexão e a criticidade. Quanto a orientação e apoio que a escola oferece relativo aos papéis que exercem, socialmente, na vida dos estudantes e o que pensam sobre os padrões machistas, atrelado a uma educação transformadora, a entrevistada, a professora C, acredita que:

Se lecionar para a mudança, propondo em sala de aula, a temática da violência contra a mulher, enfatizando o papel importante que possui as delegacias especializadas, os boletins de ocorrência e ressaltando, as questões de machismo estrutural, na tentativa de desnaturalizar essa concepção entranhada ao longo da história, promovendo a aceitação de todos (as), em respeito ao semelhante, a fim de promover novos pontos de vista, dessa forma a violência atenua ou se dissipa, no intuito de promover uma educação transformadora. (C, 2022).

Assim, a visão da professora C foi semelhante à concepção de Vianna (2013), o qual salientou acerca do significado da naturalização dos fatos, como um fator social arraigado, compreendido nas diferenças entre homem e mulher, num contexto de desigualdade e de diferença socialmente construída. Por outro lado, ainda que a entrevistada C, não tivesse mencionado explicitamente a BNCC, de acordo com suas colocações, percebeu-se que a mesma pauta seu trabalho na compreensão de si e do outro, de forma reflexiva, relacionando com temáticas relevantes na realidade atual.

Ademais, o professor D, ressaltou que “não sabe como a escola identifica os casos de violência, também não toma conhecimento de como são feitos os acolhimentos”. Porém, mesmo não sendo professor de Sociologia, acredita que “a temática deva ser trabalhada mediante a valorização dos Direitos Humanos, ressaltando o papel da mulher na sociedade, salientando que o tema está contemplado na BNCC e RCG (Referencial Curricular Gaúcho)”.

3.2 Identificar se a escola tem casos de violência, como os trata e acolhe, ou seja, compreendendo a percepção da escola, a fim de proporcionar uma educação transformadora

De acordo com as respostas dos entrevistados, em relação a equipe diretiva, ao serem perguntadas de que forma a escola identifica e acolhe casos de violência contra mulher, as mesmas evidenciaram que a escola procura propiciar um ambiente acolhedor, embasado no “diálogo aberto com os alunos, numa relação de confiança, a fim de dar abertura para que se expressem, encorajando-os (as) para que, juntos, estudante e escola, realizem as denúncias, em casos de violência” (A. 2022), além de expor por meio de murais demonstrativos de informações relevantes sobre a temática da violência contra a mulher e ao feminicídio. No âmbito teórico, fundamentando à ideia de acolhimento e atividades educativas promovidas pela escola, Mata (2017)

enfatizou a “promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral e a difusão desta Lei (Maria da Penha).

Nesse âmbito, a equipe diretiva esclareceu que “não chegaram, até o momento, casos de violência contra a mulher e que quando há algum outro gênero de violência, fazem o encaminhamento necessário para que os envolvidos sejam responsabilizados” (A, 2022). No tocante a forma de como a escola promove as ações educativas de sensibilização, prevenção e repercussão dos casos na comunidade/região, imediatamente, a equipe enfatizou o diálogo, citado acima, além de propor trabalhos junto aos educadores e atividades que promovam aprendizagens, principalmente nas aulas de Sociologia, mediadas por notícias dos eventos ocorridos, destacando a relevância desta temática e evidenciando os Direitos Humanos. Da mesma forma, Tebet (2019) e Mata (2017), respectivamente, ressaltaram as proposições de um currículo escolar e planos de ação anual, os quais sublinharam as temáticas referentes aos Direitos Humanos, embasadas na igualdade e na oposição a violência contra a mulher, assim como a importância de campanhas no âmbito escolar, destacando essas mesmas temáticas.

Com ênfase, a equipe “propõe aos educadores que estejam atentos e abertos as queixas dos alunos”, além de ter um olhar mais perspicaz e observador, a fim de detectar qualquer adversidade que o estudante esteja transmitindo, através de seu comportamento. Sendo assim, “a escola procura trabalhar em forma de projetos, que evidenciem o tema da violência de forma mais aprofundada, na tentativa de abrandar a concepção do machismo estrutural e a naturalização” (C, 2022). De maneira semelhante, as autoras Bruna (2021) e Vianna (2013) evidenciaram o machismo estrutural e naturalização no âmbito da desigualdade social inerentemente propagada entre o homem e a mulher, além de naturalizar a violência e ao fato de que homens são mais valorizados em diversos meios, seja no trabalho, nas relações, na política, numa existência de prepotência e abusos.

Ademais, quando a professora C é perguntada sobre como a escola identifica os casos de violência contra mulher e como a escola os acolhe, a mesma discorreu sobre diversas proposições, enfatizando que “os estudantes, ou até mesmo, amigos e pessoas conhecidas denunciam” (C, 2022). A educadora também ressaltou, como já mencionado anteriormente, que a percepção do professor (a) é relevante nestes casos, que prima por um olhar atento às necessidades do aluno, provocando uma

atuação mais próxima, por parte da escola, na pessoa do orientador (a), a fim de dar a assistência necessária ao aluno. De maneira idêntica, a professora B expõe que, assim como a escola, “identifica os casos de violência através da instabilidade que o aluno (a) demonstra em sala de aula e a alteração de humor” (B, 2022), além de relatos e conversas, em que os mesmos, muitas vezes expõem e até apresentam “machucados”.

Nesse sentido, quanto as atitudes, as quais a equipe diretiva, efetiva o acolhimento às vítimas e como a escola promove ações educativas de sensibilização mediante os casos, a professora C destacou, primeiramente, que “a equipe preserva a identidade da vítima, além de dialogar e encaminhar para os especialistas necessários”, portanto, muitas vezes, o professor (a) nem toma conhecimento. No que tange às ações educativas, a sala de aula costuma ser promotora de debates com as turmas, a fim de enfatizar “o quão grave é a situação de violência contra a mulher” (C, 2022), intentando elucidar sobre os padrões sociais machistas e de violência. Assim, a professora C, ao dialogar, enfatizou que quando trabalhava Sociologia, “não era uma temática muito debatida”. No entanto, “se voltasse a ministrar esse componente, com certeza, proporia discussões” (C, 2022), além de enfatizar o cotidiano das pessoas e correlacionar com os padrões socialmente construídos, os quais são campo fértil de violência. Nesse ponto de vista e em conformidade com a BNCC, é fundamental abordar circunstâncias da vida cotidiana que permitam desnaturalizar condutas, relativizar costumes, perceber a desigualdade e o preconceito (BRASIL, 2018).

No tocante a valorização dos direitos humanos e ao papel da mulher em sociedade, a professora B apresentou essas temáticas, por meio de aulas de Sociologia, analogamente ao que ressaltou Ferraz (2020), relativo ao exercício dessa disciplina, destacando-a como componente curricular e ao Plano de ação anual do professor, o qual carece ser elaborado em conformidade com a BNCC, fundamentada na área das Ciências Humanas e Sociais e ao currículo escolar. Nesse sentido, a professora B ressaltou que acredita no protagonismo do aluno, o qual dialoga e leva para sala de aula, suas próprias vivências, possibilitando que a professora se beneficie desse fato, para enfatizar a constante busca pelos direitos, além de “salientar o protagonismo das mulheres nos movimentos sociais” (B, 2022), reivindicando a igualdade política e social, frente a sociedade machista.

Outrossim, quando se mencionou no ensino da disciplina de Sociologia, a professora B afirmou que apresenta em suas aulas a temática do respeito ao feminino, através do diálogo, mapas mentais e seminários. Assim, a referida professora busca ressaltar o conhecimento relativo a Lei Maria da Penha e o incentivo à procura de ajuda especializada, a fim de auxiliar no enfrentamento quanto as adversidades e na formação dos estudantes. Quanto a promoção de ações educativas, de sensibilização e prevenção dos casos de violência e a repercussão destes, a escola e professores elaboram cartazes, a fim de expor no espaço físico da escola, além da criação de vídeos e debates para que o aluno perceba a relevância da temática, a qual afeta toda a sociedade. Neste sentido, vale ressaltar os argumentos de Macedo (2022), o qual enfatizou a “escola como um ambiente de transformação”, universo de novas propostas, a fim de romper com antigas concepções socioculturais fundamentadas na desigualdade e na violência, no intuito de formar cidadãos críticos, pensantes e emancipados, em toda a educação básica e em concordância ao que expõe Pessoa (2015), o qual propõe “ações educativas em todos os níveis de ensino”.

Ademais, o entrevistado, professor D, apontou que “não conhece a forma como a escola promove as ações educativas de sensibilização, quanto aos casos de violência, mas confia que a escola deva utilizar meios, que auxiliem as vítimas” (D, 2022). Ainda, em diálogo com o professor D, este evidenciou sua concepção de “educação promotora de combate à violência e o risco de morte, principalmente por meio da cultura do respeito e da não violência” (D, 2022). Além disso, o mesmo sugeriu ações de combate por meio da “criação de programas de orientação às vítimas, oferecendo conhecimento quanto aos seus direitos, apoio psicológico e formas de denúncias”. Da mesma forma, o professor comentou que escola e educadores devem pensar seus papéis na vida dos alunos, orientando-os quanto aos padrões pré-estabelecidos de poder e submissão, enfatizando a desnaturalização dos mesmos.

Sob esse prisma, o professor D também considerou a Sociologia como meio para organizar projetos, relativo a essa temática, sensibilizando estudantes por meio de palestras e campanhas, com o propósito de esclarecer sobre direitos e denúncias, respondendo, assim, a questão problematizadora desse estudo, de como as aulas de Sociologia da Escola Estadual do Município de Minas do Leão-RS poderão contribuir e fornecer orientações adequadas aos estudantes frente a conscientização e combate à violência contra a mulher. Para o educador, a disciplina de Sociologia trabalha como

promotora de combate à violência contra a mulher e o machismo estrutural. Para complementar, o professor D salientou que:

Primeiro, a Sociologia pode sensibilizar os alunos para questões de gênero e educá-los sobre a violência contra a mulher. Em segundo lugar, a Sociologia pode ajudar os alunos a compreenderem as raízes do machismo estrutural e a lutarem contra ele. Por fim, a Sociologia também pode ajudar os alunos a desenvolverem um senso de solidariedade e apoio às mulheres vítimas de violência. (D, 2022)

Em suma, o professor D ressaltou diversas formas de projetos, por ele consideradas, os quais envolveriam o conhecimento quanto ao gênero e violência, sugerindo que fossem realizadas “parcerias com secretarias de Educação e Assistência Social” (D, 2022). Na visão do referido professor seria interessante “realizar palestras em parceria com grupos feministas” (D, 2022), a fim de sensibilizar estudantes, assim como, campanhas de solidariedade às vítimas, incentivando os mesmos a sensibilização com as mulheres vítimas de violência.

Dessa forma, tanto a escola quanto os educadores compreenderão melhor a importância de tratar a temática da violência contra a mulher no ambiente escolar, a fim de sensibilizar estudantes e comunidade escolar, visto que os cenários de violência são exibidos, frequentemente, no meio familiar. Dessa maneira, a equipe diretiva abrange um trabalho pautado na temática dos Direitos Humanos e todas as diretrizes que a compreende, por meio de diálogo, a fim de ressaltar uma educação transformadora. Igualmente, para Macedo (2022):

Essa transformação precisa abranger todos os espaços da sociedade e com maior importância, precisa ser central no ambiente escolar, pois na escola existem inúmeras manifestações da diversidade e uma escolarização em que os saberes formais e práticas pedagógicas voltam-se para a formação crítica e emancipadora, pautada no respeito às diferenças, é um instrumento inigualável na busca pela desconstrução das desigualdades”.

No entanto, se percebeu que a temática violência contra a mulher se limita a debates em sala de aula, nada além de intenções de projetos de conscientização, ao passo que não se pode minimizar a necessidade de integrar ao currículo escolar, efetivamente esse tema a fim de criar projetos que promovam uma transformação social. Nesse sentido, se propõe ações que desvelem a realidade dos sujeitos e alcancem, verdadeiramente, as mulheres, as famílias e o entorno escolar.

Em síntese, importante sublinhar que existe uma grande preocupação, do Município e dos educadores, com os jovens que saem do Ensino Médio e não têm oportunidade de frequentar Universidades, ainda que a mesma seja pública, o jovem do interior precisa ter condições financeiras para custear transporte, alimentação e materiais de estudo e aos que ficam como e onde trabalharão. O privilégio, é que a cidade é um Município pequeno, onde todos se conhecem, próprio de cidades do interior, em que as crianças e as pessoas podem andar livremente, além de ser bastante comprometida com a educação, a arte e a cultura, pois o Carnaval, a Semana Farroupilha e a Feira do Livro são movimentos fortes.

Ainda que, o município valorize a educação e a cultura, dentro e fora da escola, no universo desse arquétipo não há uma preocupação evidente com a temática da violência contra a mulher, pois não existem movimentos, projetos ou outras atividades que vise esclarecer e informar acerca da violência e que procure enfatizar os direitos das vítimas, uma vez que se sabe do papel relevante que carrega a escola e a comunidade na formação social e educativa dos sujeitos. Portanto, o Município não dispõe de programas educativos, a fim de amenizar a violência contra as mulheres e à redução de índices, como também não possui uma Delegacia da Mulher, a qual intente atender crianças, adolescente e mulheres, vítimas de violência física, moral, psicológica e/ou social. Dessa forma, fica evidente ressaltar a institucionalização de programas educativos/ preventivos, a fim de dar maior espaço a essa temática dentro das escolas e do Município, criando redes de reconhecimento dos diversos gêneros de violência e de apoio às vítimas.

Imaginando que a escola é um ambiente saudável, que estudantes nos chegam sem preconceito e sem concepções e rótulos e que ao longo do tempo elas vão interagindo com o meio e com os grupos é que vão se tornando “insensíveis”, é necessário ações educativas para com as crianças desde os anos iniciais da Educação Básica, de prevenção e sensibilização de combate a violência contra a mulher. No entanto, refletindo primeiramente, acerca de temáticas como respeito e empatia, já que a capacidade de aprendizagem da criança nos anos iniciais se fundamenta no emocional e no lúdico, a fim de evitar situações constrangedoras e que estejam além da sua inteligência emocional.

Não só ponderar o estudante e os caminhos que percorrem para a aprendizagem, como também analisar a escola, professores, equipe diretiva, pedagógica, sobre a temática da violência contra a mulher neste ambiente

educacional, profícuo para novas aprendizagens, formulando aulas que pensem novas perspectivas, as ações de prevenção e projetos, a fim de desenvolver propostas que mexam (pelo menos), com todos no ambiente escolar. Diante dessa problemática, pertinente ressaltar sobre leis, sobre a LDB 9394/96², (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a qual propõe a ideia de que a escola seja um ambiente de “conscientização de combate a todos os tipos de violência, que foi incluído pela Lei nº 13.163/2018.

Posto isto, evidenciamos que a Lei 9394/96 posteriormente foi alterada pela 14.164/21³, a qual “inclui no currículo, a temática de prevenção de combate da violência contra a mulher nos currículos escolares, assim como preparar uma semana projetos escolares que envolvam a temática”, ponderando ainda sobre como as aulas contribuem, de modo efetivo, se professores ainda não dimensionam a grandeza desse problema, mesmo que assegurados em Lei. Ao passo que, a profissão professor é muito solitária e é complicado dizer “porque não isso ou porque não aquilo”, se as escolas não possuem a infraestrutura física e/ou humana, necessárias para tantas urgências profissionais e educacionais, uma vez que no período dos estágios constatei professores cansados, que trabalham três turnos e ganham pouco, mesmo que a temática seja de tamanha urgência, convém olhar não só o professor e o entorno escolar, mas se o Estado enquanto instituição pública, atende os interesses da escola e comunidade. Torna-se urgente requerer projetos e ações que tratem da violência contra a mulher, a fim de alcançar uma educação transformadora, porém o modo como os educadores tratam essa temática dentro do universo escolar, depende muito dessa sobrecarga de funções que experienciam muitos professores no cotidiano escolar.

Além disso, importante ponderar como que as escolas pensam as aulas de Sociologia, Projeto de Vida e Filosofia, quem ministra essas aulas, como é feita a seleção de profissionais? Geralmente, quem faz parte do quadro de professores da escola e leciona outra disciplina e ainda não preencheu a carga horária máxima permitida dado a este o direito de preencher a “vaga”. E eu e você, que acabamos de formar e somos especialistas na área, como permaneceremos firmes e esperançosos,

2 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28/01/2023.

3 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.164-de-10-de-junho-de-2021-325357131>. Acesso em: 29/01/2023.

diante do fato de que não precisa ser capacitado e ter formação na área para lecionar a disciplina, frente a dura realidade de um mero preenchimento de horas.

Igualmente importante, destacar o desconhecimento de muitos em conceituar temáticas tão importante como a violência contra a mulher, como também, desnaturalização e machismo estrutural, além de direitos humanos, diversidade, desigualdade social e movimentos sociais, democracia, cidadanias e entre tantos outros, os quais estão no centro da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), na área das Ciências Humanas e Sociais. Para tanto, seria de grande valor um aprofundamento nos estudos desses conceitos, talvez como forma de formação continuada, pois para ministrar é indispensável conhecer, visto que, todas as temáticas emanam de um conceito. De modo que, para que haja uma interação do conhecimento formal com o conhecimento popular, esse conhecimento precisa ser tratado paralelamente ao conhecimento formal, uma vez que a troca enriquece as aprendizagens, além de que é indispensável, trazer para sala de aula o conhecimento prévio do estudante.

Portanto, a criação de projetos é essencial para a consolidação do ensino e aprendizagem e o acolhimento e a afetividade são basilares neste processo, sendo que ao gestor cabe elaborar e monitorar os projetos junto a sua equipe, visto que ela possui uma função multifuncional, a qual compete apoiá-lo e ajudá-lo a conduzir os projetos e ao professor cabe motivar os alunos a nos caminhos para alcançar os objetivos desta aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, buscou-se examinar como educadores de Sociologia, da Escola Estadual do Município de Minas do Leão/RS abordaram a temática da Violência Contra as Mulheres. Portanto, como a escola e educadores propõe o ensino, de acordo com a BNCC e o currículo escolar, no intuito de tratar um preocupante problema social, pensando o componente curricular da Sociologia como mediador de novas concepções acerca da desigualdade de gênero, se torna crucial que haja projetos de sensibilização.

Perante o estudo da temática da violência contra a mulher, tal e qual a escola como promotora de novos conhecimentos, mediadas pela funcionalidade da Sociologia em sala de aula, se buscou primeiramente, compreender como os professores da referida escola abordaram a temática da violência por meio deste componente curricular. Em segundo momento, se a escola e professores integraram as relações de gênero e a violência contra mulheres nos conteúdos escolares, em sala de aula e como efetivaram esses movimentos. Posto isto, também foi analisado como os educadores construíram o plano de ensino anual, amparados pela BNCC e o quanto a educação pode contribuir para conscientizar os estudantes e comunidade escolar mediante a aplicação de projetos educacionais e através dessas movimentações promover uma educação transformadora.

Para tal, o presente estudo norteou-se por meio de análise de material bibliográfico, além de perguntas abertas, realizadas com um grupo de cinco educadores e ao tratar do primeiro objetivo, se verificou a forma insuficiente e vaga, com que professores abordaram a temática da violência contra a mulher, junto a disciplina de Sociologia. Diante disso, os professores desenvolvem em sala de aula a temática da violência de um modo geral, mas não especificamente em relação a violência contra a mulher.

Quanto a identificação dos casos e de como a escola os percebe, se observou que a mesma intenta dialogar com os alunos, entretanto enfatizou que até o momento não experienciou nenhum caso, mesmo na eventualidade de que possam ocorrer, fora do seu alcance. Ainda assim, alguns professores comentaram que estão dispostos a refletir seus papéis como educadores, de modo a trabalhar a violência contra a mulher especificamente. Nesse contexto, os professores também reconheceram a

importância da escola como mediadora, em relação ao tratamento da temática no âmbito dos Direitos Humanos, a fim de preparar os estudantes para a cidadania.

Acerca do terceiro objetivo, professores inclinaram-se a explicar sobre a temática da violência contra mulheres, compreendendo o significado da mesma, histórica e socialmente, bem como recorrem a BNCC. Entretanto, em grau nenhum saiu do âmbito da sala de aula, embora saibam da importância do desenvolvimento de projetos e da educação, como meio de diálogo para uma educação transformadora.

Portanto, ao finalizar esse estudo relativo à temática da violência contra mulher e a educação/escola, como promotora de novas aprendizagens, se observou que os entrevistados compreenderam a dimensão do tema, porém nada ainda foi realizado, efetivamente, além de atividades pedagógicas em sala de aula. Sendo assim, espera-se que esse estudo sobre a violência contra a mulher, sirva de inspiração para novas propostas de trabalhos escolares, a fim de promover, para além do ambiente escolar, a criação de projetos e de movimentos sociais, na amplitude local, como também a criação de casas de acolhimento para mulheres e crianças.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para Educar Crianças Feministas: Um manifesto.** Disponível em: <http://www.justicadesaia.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Para-Educar-Crian%C3%A7as-Feministas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- ALENCAR, Joana et al. **Políticas Públicas e Violência baseada no Gênero durante a Pandemia da COVID-19: Ações Presentes, Ausentes e recomendadas.** Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10100>. Acesso em: 21 out. 2022.
- BIANCHINI, Alice; FERREIRA, Bárbara. **Violência contra Mulheres: Tudo que você precisa saber.** Disponível em: <https://abmcj.org.br/violencias-contra-mulheres-tudo-o-que-voce-precisa-fazer/>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- BONETTI, Aline Lima. **Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em ação.** Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Mediacoesrevistadecienciassociais/2009/vol14/no2/5.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio .** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio/a-area-de-ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar#:~:text=AGOSTO%20LIL%C3%81S-,Brasil%20tem%20mais%20de%2031%20mil%20den%C3%Bancias%20de%20viol%C3%Aancia%20dom%C3%A9stica,mulheres%20at%C3%A9%20julho%20de%202022>. Acesso em: 08 out. 2022.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm. Acesso em: 14 dez. 2022.
- blog. BRUNA. O que é machismo estrutural e como ele afeta sua vida.** MODAB. 27 de setembro de 2021. Disponível <https://blog.modab.com.br/o-que-e-machismo-estrutural-e-como-ele-afeta-sua-vida/> em: Acesso em: 16 jun. 2022.
- FERRAZ, Elza Maria de Souza. **Violência Contra a Mulher e os Livros Didáticos de Sociologia: Uma Abordagem do Ponto de Vista da Masculinidade.** Dissertação (PósGraduação) - Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia (PROF/SOCIO) da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Juazeiro – BA, p.128, 2020. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/584592/2/vers%C3%A3o%20final%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20Elza.pdf>. Acesso em: 02 out. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 58ª ed. – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 68º ed. – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GAVRONSKI, Jorge. Mina de Carvão. Minas do Leão, 22 dez., 2019. **Facebook**: Jorge Gavronski **Facebook**. Disponível em:<
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2749629321726342&set=g.1841869802697827>> Acesso em: 01 fev. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 06 out. 2022.

Histórico de Minas do Leão. **Prefeitura Municipal de Minas do Leão**. Rua Senador Salgado Filho, nº 86 – Centro – Minas do Leão/RS. Disponível em:<
<http://www.minasdoleao.rs.gov.br/index.php?page=nossa+historia>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6969603/mod_resource/content/1/bell_hooks_O_feminismo_%C3%A9_para_todo_mundo_Pol%C3%Adticas_arrebatadoras%20%282%29.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

Lei Maria da Penha: 14 anos pelo direito de viver. – Brasília: Senado Federal, Biblioteca, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/575178>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**.
https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/guacira_lopes_genero_26_ago_15.pdf. Acesso em: 16 jul. 2022.

MACEDO, Aldenora Conceição. **Escola que Empodera: Uma Vida sem Violência para Meninas e Mulheres se faz com Educação**. Disponível em:
<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/parceiros/artigos-2>. Acesso em: 27 ago. 2022.

MAGALHÃES, José Maria. **Currículo de prevenção da violência de gênero: um contributo do programa de prevenção da UMAR** (União de Mulheres Alternativa e Resposta). Disponível em:
https://www.academia.edu/70208334/Curr%C3%Adculo_de_preven%C3%A7%C3

A3o_da_viol%C3%Aancia_de_g%C3%A9nero_um_contributo_do_programa_de_preven%C3%A7%C3%A3o_da_UMAR. Acesso em: 25 out. 2022.

MATA, Lídice (senadora). **Em defesa das mulheres: conheça a Lei Maria da Penha e lute por seus direitos**. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/575970>. Acesso em: 05 jun. 2022.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. **Feminicídios: conceitos, tipos e cenários**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n9/1413-8123-csc-22-09-3077.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

NETTO, Letícia Rodrigues Ferreira. **Feminicídio**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/feminicidio/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PESSOA, Adélia Moreira. **Aspectos Preventivos e Políticas Públicas no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/publicacoes/anais/detalhes/1156/X%20Congresso%20de%20Direito%20de%20Fam%C3%Adlia>. Acesso em: 24 ago. 2022.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. **Feminicídio: #Invisibilidademata**. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/livrofeminicidio/>. Acesso em: 25 out. 2022.

Prefeitura de Minas do Leão – Fotos de Capa. Minas do Leão, 24 mai., 2021. **Facebook**. Disponível em: <http://www.minasdoleao.rs.gov.br/header/20210311132740.jpg>. Acesso em: 01 fev. 2023.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual de Ensino Médio Engenheiro Frederico Hosta Barbosa, Minas do Leão, 2018. SARAIVA, Viviane. **Dados sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio Engenheiro Frederico Horta Barbosa**.

“ROTH, Désirée Mota”; “RABUSKE, Graciela Hendges”. **Produção Textual na Universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/safiotti_heleieth_-_o_poder_do_macho.pdf. Acesso em: 26 out. 2022.

STEVENS, Cristina et al. (org.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. Disponível em: https://media.wix.com/ugd/2ee9da_8fed7c3298fd46bc8553fef0f5b400ea.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

SILVA, Patrick Leonardo Nogueira. **Práticas Educativas sobre a Violência contra a Mulher na formação de Universitários**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/wjjSSQNytQ7RhM9vVcyRwGr/?lang=pt>. Acesso em: 01 dez. 2022.

TEBET, Simone. **Vida e morte feminina**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Senadora Simone Tebet, 2019. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/575971>. Acesso em: 13 jun. 2022.

VIANA, Nildo. **Naturalização e Desnaturalização: O Dilema da Negação Prático-Crítica**. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2015/03/naturalizacao-e-desnaturalizacao.html#:~:text=A%20naturaliza%C3%A7%C3%A3o%20significa%20dizer%20que,que%20%C3%A9%3A%20social%20e%20hist%C3%B3rica>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Questões:

- 1) De que forma a escola identifica os casos de violência contra a mulher (alunas, familiares, colegas), na escola?
- 2) De que forma a escola acolhe os casos de violência contra a mulher, a fim de conter esses acontecimentos?
- 3) Quais atitudes a equipe diretiva realiza mediante a episódios de violência, a fim de auxiliar as vítimas, que porventura, chegam ao ambiente escolar?
- 4) De que forma a escola promove ações educativas de sensibilização e prevenção dos casos de violência contra as mulheres (alunas, familiares, colegas)?
- 5) Mediante a repercussão de casos de violência contra a mulher, na cidade e região, como a escola trata esta temática, com os alunos e comunidade escolar?
- 6) Como as aulas apresentam a temática do respeito ao feminino, por meio da disciplina de Sociologia, mediante a valorização dos direitos humanos e da mulher?
- 7) Como a educação pode agir no combate à violência contra a mulher e o risco de morte?
- 8) De que modo a escola orienta a mulher (alunas, mães) a buscar apoio em casos de violência?
- 9) Como pensam, a escola e educadores, sobre seus papéis na vida dos alunos, diante do padrão social pré-estabelecido, quanto ao feminino=submissão e masculino=poder?

ANEXO A – Termo De Consentimento



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

**Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS**

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER** Compreendido na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, no município de Minas do Leão/RS” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso** “**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**, Compreendido na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, no município de Minas do Leão/RS” – **do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais**, que tem como objetivo “Analisar como os professores abordam a temática junto a disciplina de Sociologia, em acordo com a **BNCC**; além de Identificar se a escola tem casos de violência, como os trata e acolhe; a fim de compreender a percepção da escola, mediante a essa temática e se a mesma possui projetos, a fim de proporcionar uma educação transformadora”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “**Maria Madalena Lucas Nunes**” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, **AUTORIZO** / **NÃO AUTORIZO** a minha identificação.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Minas do Leão, 04/12/2022